Plano de Emergência Externo

Respol, Resinas, SA

Município de Leiria, Junho de 2014

Índice Geral:

PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO 10
1. Introdução 10
2. Âmbito de aplicação 12
3. Objetivos 14
4. Enquadramento Legal 16
5. Antecedentes do Processo de Planeamento 17
6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território 19
7. Ativação do Plano 21
7.1 Competência para a Ativação do Plano 21
7.2 Critério para a ativação do plano 22
8. Programa de Exercícios 24
PARTE II - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA 25
1. Execução do Plano 25
1.1 Zona de Intervenção 26
2. Atuação de Agentes, Organismos e Entidades 29
2.1 Missão dos Agentes de Proteção Civil 31
2.1.1 Fase de emergência 31
2.1.2 Fase de reabilitação 32
2.2 Missão dos Organismos e Entidades de Apoio 34
2.2.1 Fase de emergência 34
2.2.2 Fase de reabilitação 35
2.3 Missão das Estruturas Autárquicas 38
2.3.1 Fase de emergência 38
2.3.2 Fase de reabilitação 39
2.4 Missão da Respol, Resinas S.A. (Operador do Estabelecimento): 40
PARTE III – ÁREAS DE INTERVENÇÃO 41
1. Administração de Meios e Recursos 42
2. Logística 45
2.1 Apoio Logístico às Forças de Intervenção 46
2.2 Apoio Logístico às Populações 47
3. Comunicações 49
4. Gestão da Informação de Emergência 55
4.1 Informação de Apoio às Operações 55
4.2 Informação ao Público 58
5. Procedimentos de Evacuação 60
6. Manutenção da Ordem Pública 63
7. Serviços Médicos e Transporte de Vítimas 65

8. Socorro e Salvamento 68
9. Serviços Mortuários 70
PARTE IV - INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR 72
Secção I 72
1. Organização Geral da Proteção Civil Nacional e Municipal 72
1.1 Estrutura da proteção civil 72
1.2 Estrutura das operações 76
2. Mecanismos da Estrutura de Proteção Civil 80
2.1 Comissão Municipal de Proteção Civil 80
2.2 Declaração da Situação de Alerta 82
2.3 Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso 83
Secção II 88
1. Identificação do Estabelecimento 88
2. Caracterização do Estabelecimento 88
3. Caracterização da Envolvente 103
3.1 Caracterização Física 103
3.2 Caracterização Geológica 113
3.3 Caracterização Demográfica 122
3.4 Caracterização das Infraestruturas 127
3.5 Caracterização das Substâncias Perigosas Existentes 130
3.6 Utilidades 136
4. Caracterização do Risco 146
4.1 Identificação e caracterização de riscos e perigos 146
4.2 Cenários 151
4.3 Análise da Vulnerabilidade 179
4.4 Estratégias para a Mitigação de Riscos 180
5. Cartografia 181
Secção III 190
1. Inventário de Meios e Recursos 190
2. Lista de Contactos 212
Intervenientes e Equipas em caso de Emergência 216
Período Normal de Ocupação 216
Período de Ocupação Reduzida 219
Período sem Produção 220
3. Modelos de comunicados 223
4. Lista de Controlo de Atualização do Plano 223
5. Lista de Registo de Exercícios do Plano 224
6. Lista de Distribuição do Plano 225

7. Bibliografia 227
8. Glossário 228

Índice de Tabelas:

Tabela 1- Histórico de Versões do PEE e respetiva data de aprovação 17
Tabela 2- Datas de atualizações e identificação dos conteúdos atualizados do plano 17
Tabela 3- Registos de Ativações do PEE 17
Tabela 4- Exercícios realizados no âmbito do PMEPC 18
Tabela 5- Legenda das zonas sensíveis apresentadas na Figura 3 28
Tabela 6- Área de Administração de Meios e Recursos 42
Tabela 7- Área de Apoio Logístico às Forças de Intervenção 46
Tabela 8- Área de Apoio Logístico às Populações 47
Tabela 9- Área de Comunicações 50
Tabela 10- REPC – Rede Estratégica de Proteção Civil 52
Tabela 11- ROB – Rede Operacional de Bombeiros 53
Tabela 12- Código do SIRESP para o município de Leiria (INSTROP-09/2013: SIRESP- Normas e procedimentos de exploração) 54
Tabela 13- Área de Gestão da Informação de Apoio às Operações 55
Tabela 14- Área de Gestão da Informação ao Público 58
Tabela 15- Estrutura da Proteção Civil no âmbito Nacional, Distrital e Municipal 72
Tabela 16- Composição e Competências da Comissão Municipal de Proteção Civil 80
Tabela 17- Postos Udométricos nas proximidades das instalações da Respol, Resinas, S.A. 84
Tabela 18- Relação entre o toque e a informação a transmitir 86
Tabela 19- Identificação da Respol, Resinas S.A. 88
Tabela 20- Área de Oocupação do Edifício 1: Armazéns 90
Tabela 21- Área de Ocupação do Edifício 2: Armazém/ Oficina 90
Tabela 22- Área de Ocupação de Edifício 3: Escritórios/ Cantina 90
Tabela 23- Área de Ocupação de Edifício 4: Edifício Verde 91
Tabela 24- Área de Ocupação do Edifício 5: Armazém/ Produção/ Laboratório de Produção/ Gabinetes 92
Tabela 25- Área de Ocupação Edifício 6: Destilaria de Gema de Pinheiro 93
Tabela 26- Área de Ocupação Edifício 7: Edifício de apoio à ETARI 93
Tabela 27- Área de Ocupação Edifício 8: Campo de Jogos e Balneários 93
Tabela 28- Utilização e capacidades dos tanques 96
Tabela 29- Resumo das três estações meteorológicas 103
Tabela 30- Regime Térmico de Leiria 104
Tabela 31- Regime Pluviométrico de Leiria 104
Tabela 32- Densidade Populacional por Freguesias 123
Tabela 33- Evolução da população por classe etária 124
Tabela 34- Localização das habitações/estabelecimentos em relação à *Respol* 125
Tabela 35- Inventário das Substâncias Perigosas existentes na Respol 130

Tabela 36- Características dos tanques de Para-nonifenol (95%) 141
Tabela 37- Características dos tanques de Aguarrás 141
Tabela 38- Condições de armazenamento das substâncias perigosas 142
Tabela 39- Condições de armazenamento das substâncias perigosas 142
Tabela 40- Condições de armazenamento das substâncias perigosas 143
Tabela 41- Condições de armazenamento das substâncias perigosas 144
Tabela 42- Características dos tanques de REZ 100 144
Tabela 43- Condições de armazenamento das substâncias perigosas 145
Tabela 44- Níveis de severidade. 146
Tabela 45- Níveis de probabilidade. 147
Tabela 46- Critério de classificação do risco. 147
Tabela 47- Critérios de aceitabilidade 148
Tabela 48- Cenários da Análise Preliminar de Perigos. 148
Tabela 49- Efeitos da Radiação Térmica no Ser Humano. 152
Tabela 50- Efeitos resultantes da Radiação Térmica. 152
Tabela 51- Efeitos resultantes da Radiação Térmica. 153
Tabela 52- Descrição dos cenários de acidente 154
Tabela 53- Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast 156
Tabela 54- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 156
Tabela 55- Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast. 158
Tabela 56- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 158
Tabela 57- Resultados da simulação do software Phast. 158
Tabela 58- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica 159
Tabela 59- Danos de acordo com as isolinhas. 160
Tabela 60- Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast. 161
Tabela 61- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 161
Tabela 62- Resultados da simulação do software Phast. 162
Tabela 63- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica. 162
Tabela 64- Danos de acordo com as isolinhas. 163
Tabela 65- Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast. 164
Tabela 66- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo 164
Tabela 67- Resultados da simulação do software Phast. 165
Tabela 68- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica. 165
Tabela 69- Danos de acordo com as isolinhas. 166
Tabela 70– Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast. 167
Tabela 71- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 167
Tabela 72- Resultados da simulação do software Phast. 167

Tabela 73- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica. 168
Tabela 74- Danos de acordo com as isolinhas. 169
Tabela 75- Condições Específicas do Acidente (Inputs) para do software Phast. 170
Tabela 76- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 170
Tabela 77- Resultados da simulação do software Phast. 170
Tabela 78- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica. 171
Tabela 79- Danos de acordo com as isolinhas. 172
Tabela 80- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 173
Tabela 81- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo. 173
Tabela 82– Resultados da simulação do software Phast 173
Tabela 83- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica 174
Tabela 84- Danos de acordo com as isolinhas. 175
Tabela 85- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo 176
Tabela 86- Causas, evolução e efeitos do acidente e Medidas de Controlo 176
Tabela 87- Resultados da simulação do software Phast. 176
Tabela 88- Alcance dos Efeitos de Radiação Térmica 177
Tabela 89- Danos de acordo com as isolinhas. 178
Tabela 90- Veículos e Máquinas Pesadas 190
Tabela 91- Veículos de Combate a Incêndios 194
Tabela 92- Pontos de Água no concelho de Leiria 196
Tabela 93- Abrigos Temporários para Ondas de Calor 198
Tabela 94- Veículos indicados para serviços de saúde 202
Tabela 95- Equipamentos de Socorro a Náufragos 203
Tabela 96- Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) 203
Tabela 97- Outros Equipamentos 204
Tabela 98- Lista de Farmácias do concelho de Leiria 204
Tabela 99- Equipamentos de Apoio 205
Tabela 100- Equipamentos Desportivos 206
Tabela 101- Lista de Escolas do concelho de Leiria 206
Tabela 102- Lista de Controlo de Atualizações do Plano 223
Tabela 103- Lista de Registo de Exercícios do PEE 224

Índice de Figuras:

Figura 1- Definição de Zona se Sinistro (ZI), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR), Zona de Receção e Reforços (ZRR) 27
Figura 2- Diagrama de um Teatro de Operações de Socorro 27
Figura 3- Planta das zonas sensíveis (escala 1:10000) 28
Figura 4- Áreas de Intervenção do PEE 41
Figura 5- Diagrama do Sistema de Comunicações em Leiria 49
Figura 6- Diagrama de redes 52
Figura 7- Diagrama de Evacuação no concelho de Leiria 61
Figura 8- Localização dos Pontos de Encontro Internos na Respol, Resinas S.A. 61
Figura 9-Localização de Pontos de Encontro Externos 62
Figura 10- Localização do Posto de Triagem de Vítimas e Posto Médico Avançado 65
Figura 11- Diagrama de procedimentos dos Serviços Médicos e Transporte de Vítimas 66
Figura 12- Diagrama da Estrutura de Proteção Civil 75
Figura 13- Estrutura de Proteção Civil Municipal de Leiria 75
Figura 14- Diagrama da Estrutura de Operações 76
Figura 15- Estrutura piramidal de gestão do teatro de operações 77
Figura 16- Diagrama do Sistema de Monitorização, Alerta e Aviso 85
Figura 17- Descrição das Operações 93
Figura 18- Esquema das operações 95
Figura 19- Esquema das operações 96
Figura 20- Temperatura e Precipitação de Monte Real 105
Figura 21-Valor Médio Mensal da Humidade Relativa do ar no concelho de Leiria 106
Figura 22-Insolação Média Mensal do concelho de Leiria 106
Figura 23- Caracterização dos rumos do Vento no concelho de Leiria 108
Figura 24- Localização do empreendimento na Carta Neotectónica. 109
Figura 25- Mapa de intensidades sísmicas máximas observadas em Portugal Continental durante o período de 1902 a 1972. 110
Figura 26- Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Lis (SNIRH) 111
Figura 27- Distribuição da ocupação do solo do concelho de Leiria (COS, 2007). 111
Figura 28- Distribuição da floresta do concelho de Leiria, nível 5 da Carta de Ocupação do Solo (IGP, 2007). 112
Figura 29- Carta Geológica do concelho de Leiria (PDM de Leiria) 113
Figura 30- Carta de Solos 114
Figura 31- Corte Geológico do furo de captação de água subterrânea AC1 115
Figura 32- Contribuição das fontes de poluição das águas superficiais na área da bacia hidrográfica do rio Lis, em termos de CBO5, SST e Azoto 116
Figura 33- Classificação da qualidade da água superficial 117

Figura 34- Unidades Hidrogeológicas 118
Figura 35- Enquadramento regional e localização da área em estudo 119
Figura 36- Orla Ocidental e sistema aquíferos identificados pelo INAG 120
Figura 37- Classificação da qualidade da água subterrânea para a estação 285/105, em 2008 121
Figura 38- Classificação da qualidade da água subterrânea para o sistema de aquífero Pousos-Caranguejeira 122
Figura 39- Localização das habitações /estabelecimentos na envolvência da Respol 126
Figura 40- Localização das fontes de perigo, incluindo os equipamentos das substâncias perigosas 135
Figura 41- Organograma 139
Figura 42- Legenda da figura 41 140
Figura 43- Isolinhas de risco do Cenário 2 159
Figura 44- Isolinhas de risco do Cenário 3. 162
Figura 45- Isolinhas de risco do Cenário 4. 165
Figura 46- Isolinhas de risco do Cenário 5. 168
Figura 47- Isolinhas de risco do Cenário 6. 171
Figura 48- Isolinhas de risco do Cenário 7. 174
Figura 49- Isolinhas de risco do Cenário 7 177
Figura 50- Carta Topográfica à escala de 1:25 000 182
Figura 51- Carta Topográfica à escala de 1: 10 000 183
Figura 52- Localização da Respol, Resinas S.A. 184
Figura 53- Carta Militar da Respol, Resinas S.A. (Carta Militar nº 285) 185
Figura 54- Localização das Zonas de Concentração Local 186
Figura 55- Localização das Zonas de Reunião de Mortos 187
Figura 56- Localização das Áreas de Apoio, Concentração e Reserva 188
Figura 57- Localização dos Locais de Importância Acrescida 189
Figura 58- Organização Interna de Emergência no período normal de atuação 220
Figura 60 – Organização de Emergência para período sem produção. 221
Figura 59- Organização Interna de Emergência em período de ocupação reduzida 221

PARTE II - ORGANIZAÇÃO DA RESPOSTA

1. Execução do Plano

O PEE, como instrumento de orientação, divide as ações de resposta operacional em duas fases: fase de emergência e a fase de reabilitação. As ações de resposta devem ser estruturadas para solucionar as situações anómalas e, em simultâneo iniciar as medidas de reabilitação.

No uso das competências e responsabilidades que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da direção e coordenação das operações de proteção civil, o Presidente da Câmara Municipal (diretor do plano), ou o seu substituto, envidará todos os esforços para facultar aos serviços da Câmara Municipal, nomeadamente Divisão de Proteção Civil e Bombeiros, Gabinete de Relações Públicas e Geminações (GRPG), Departamento de Infraestruturas e Manutenção (DIEM) e Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU) e aos demais organismos intervenientes (Entidades de Apoio), as condições indispensáveis para assegurar o conjunto das ações a desenvolver.

Este PEE articula-se com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Leiria na gestão de emergência, procedimentos, instruções e doutrinas.

FASE DE EMERGÊNCIA

A fase de emergência caracteriza as ações de resposta tomadas e desenvolvidas nas primeiras horas após um acidente grave ou catástrofe e destina-se a providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e meios indispensáveis à minimização das consequências, nomeadamente as que impactem nos cidadãos, no património e no ambiente.

As ações de resposta, durante a fase de emergência, estão diretamente relacionadas com a gravidade da situação, pois diferem de uma situação com um nível de gravidade moderado por uma com a gravidade critica.

Descreve-se de seguida as ações a serem desenvolvidas:

- Convocar imediatamente a CMPC, declarando a ativação do PEE e acionar o aviso às populações em perigo/risco;
- Determinar ao COM a coordenação e promoção da atuação dos meios de socorro de modo a controlar o mais rapidamente possível a situação;
- Decidir em cada momento, as ações mais convenientes em função da emergência, e a aplicação das medidas de proteção, tanto para a população como para os vários agentes intervenientes no PEE;
- Difundir através da Comunicação Social, ou por outros meios, os conselhos e medidas a adotar pelas populações em risco;
- Promover a evacuação dos feridos e doentes para os locais destinados ao seu tratamento;

- Assegurar a manutenção da lei e da ordem e garantir a circulação nas vias de acesso necessárias para a movimentação dos meios de socorro e evacuação das populações em risco;
- Coordenar e promover a evacuação das zonas de risco;
- Informar o CDOS da situação e solicitar os apoios e meios de reforço que considere necessários, mediante a especificidade da ocorrência presente na Respol, Resinas S.A.;
- Promover a coordenação e atuação dos órgãos e forças Municipais de Proteção Civil;
- Promover as ações de mortuária adequadas à situação.

FASE DE REABILITAÇÃO

A fase de reabilitação caracteriza-se pelo seguinte conjunto de ações:

- Adotar as medidas necessárias à urgente normalização das condições de vida das populações atingidas, ao rápido restabelecimento das infraestruturas e dos serviços públicos e privados essenciais (fundamentalmente os abastecimento de água, energia, comunicações e acesso) e à prevenção de novos acidentes;
- Estabelecimento de condições para o regresso das populações, bens, a inspeção de edifícios e estruturas e a remoção de destroços ou entulhos;
- Avaliação e quantificação dos danos pessoais e materiais, com o objetivo de obter informações destinadas a apoiar as atividades das forças de intervenção, a determinar prioridades quanto ao restabelecimento das vias de circulação e das redes públicas essenciais;
- Estimar os prejuízos causados pela emergência.

1.1 Zona de Intervenção

De modo a simplificar a ação e a garantir o reconhecimento dos intervenientes num teatro de operações (T.O.) será importante definir as instalações de base padronizadas, designadamente postos de comando (PCO), zona de sinistro (Z.I.), zona de apoio (Z.A.), zona de concentração e reserva (Z.C.R.) e zona de receção de reforços (Z.R.R.) que estão em consonância com os cenários de acidentes graves previstos e têm em consideração os respetivos graus de danos.

De acordo com a Norma Operacional Permanente (NOP) 1401/ 2012, estas zonas configuram-se como áreas circulares, de amplitude variável e adaptada às circunstâncias e à configuração do terreno. (Ver figuras 1 e 2)

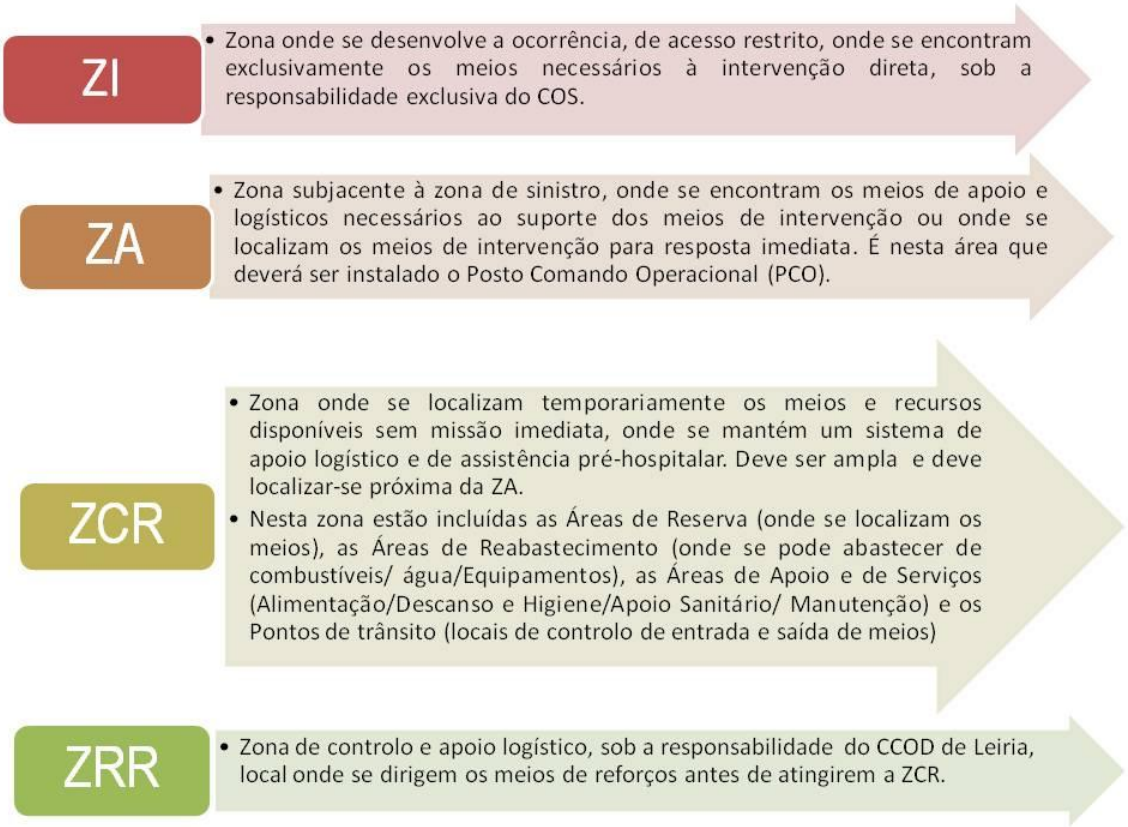

Figura 1- Definição de Zona se Sinistro (ZI), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR), Zona de Receção e Reforços (ZRR)

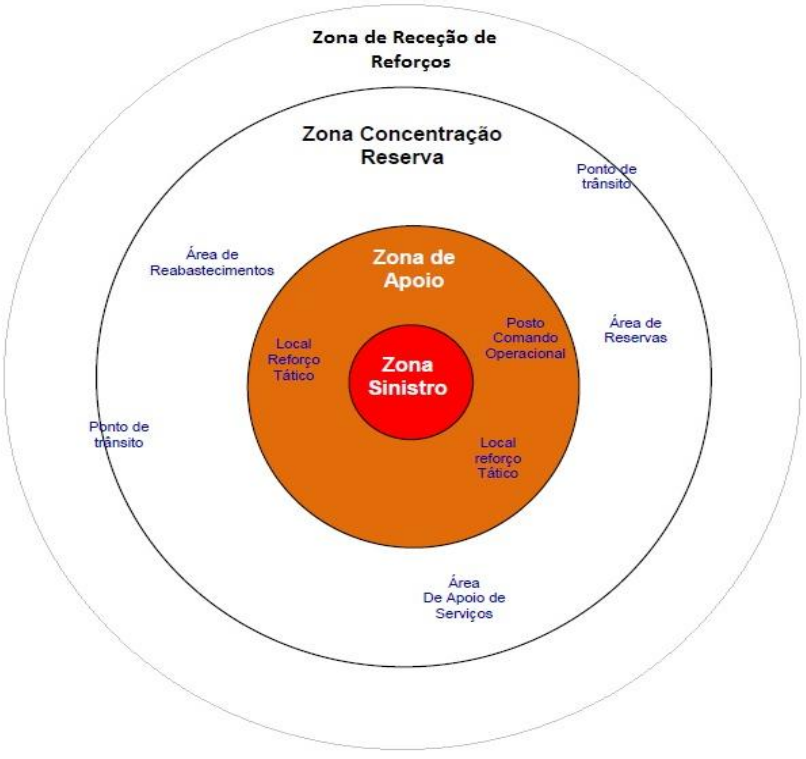

Figura 2- Diagrama de um Teatro de Operações de Socorro

A zona de intervenção associada à *Respol* corresponde ao todo envolvente do estabelecimento (Ver figuras 3 e 57)

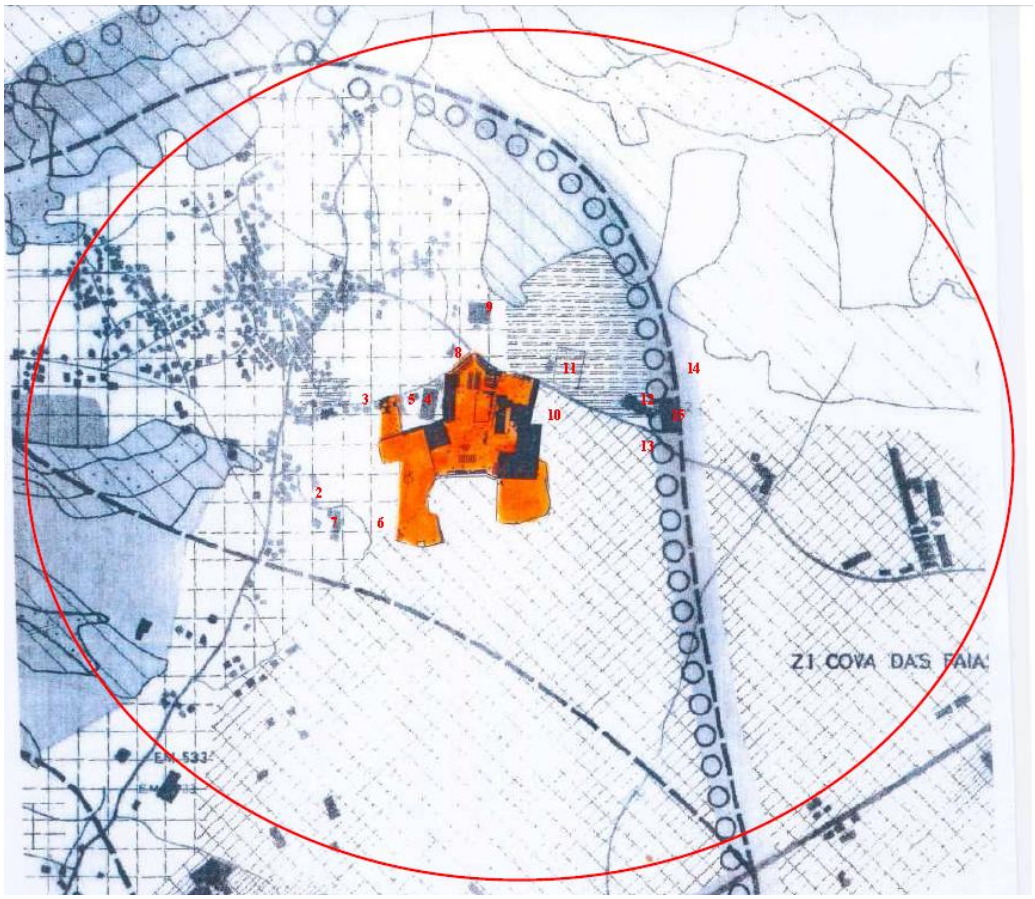

Figura 3- Planta das zonas sensíveis (escala 1:10000)

Tabela 5- Legenda das zonas sensíveis apresentadas na Figura 3

Ponto Recetor	Características
1	Habitação localizada a Norte
2	Habitações localizadas a Sudoeste
3	Habitações localizadas a Noroeste
4	Criação particular de animais
5	Fábrica de peles
6	Suinicultura desativada
7	Suinicultura desativada
8	Oficina Automóvel *Total* + Armazém
9	Fábrica de Serração *Duquemóvel*
10	Empresa *Vitoriagas*
11	*Associação Recreativa Desportiva Pinheireisse*
12	*Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Leiria - CERCILEI*
13	Empresas *PLA* e *Glassdrive*
14	Condomínio Empresarial da Moita
15	Empresa *Chrono*
16	Jardim de Infância – A construir

2. Atuação de Agentes, Organismos e Entidades

Nos termos da Lei de Bases da Proteção Civil são APC's no concelho de Leiria, de acordo com as suas atribuições próprias:

- Bombeiros Municipais de Leiria, Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa;
- PSP e GNR;
- Regimento de Artilharia n.º 4 e Base Aérea n.º 5;
- Autoridade Aeronáutica;
- Autoridade de Saúde;
- INEM e demais serviços de saúde;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Polícia Judiciária;
- Capitania do Porto da Nazaré e Figueira da Foz.

Os Organismos e Entidades são todos os serviços e instituições, públicos ou privados, com dever especial de cooperação com os agentes de proteção civil ou com competências específicas em domínios com interesse para a prevenção, a atenuação e o socorro às pessoas, aos bens e ao ambiente. Entre eles contam-se:

- Ministério Público;
- Câmara Municipal de Leiria;
- Juntas de Freguesia do Concelho de Leiria;
- Instituto de Segurança Social – Centro Distrital de Segurança Social de Leiria;
- Instituto Nacional de Medicina Legal e das Ciências Forenses;
- Operadoras de Transporte;
- EDP e Lusitaniagás;
- Operadoras de Telecomunicações;
- SMAS – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria;
- CP e Refer;
- IPMA, IA e ICNF;
- Agrupamentos de Escolas;
- Santa Casa da Misericórdia;
- Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa;
- Corpo Nacional de Escutas;
- Rádios de Leiria.

De acordo com o Sistema Integrado de Operações de Socorro (SIOPS), os APC's, as estruturas autárquicas e as entidades publico e privadas têm de cooperar e articular-se entre si, com o intuito que as ações de resposta sejam realizadas sob um comando único, o Comandante de Operações de Socorro (COS).

2.1 Missão dos Agentes de Proteção Civil

2.1.1 Fase de emergência

Bombeiros Municipais de Leiria, Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa: avaliam e identificam a ocorrência, o local, a gravidade, o número de vítimas e os meios necessários para fazer face a situação de emergência; desenvolvem ações relacionadas com o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os acidentes, o socorro a náufragos, emergência pré-hospitalar, transporte de doentes e o abastecimento de água; realizam ações de busca e salvamento, colaboram nas ações de mortuária; sensibilizam a população, e apoiam nas ações de logística.

PSP, GNR e PJ: cumprem todas as missões que legalmente lhe estão atribuídas no âmbito da proteção e socorro, em conformidade com Diretiva Operacional própria, atuam na manutenção da ordem pública, preservação da segurança dos cidadãos e da proteção da propriedade, isolamento de áreas, controle de tráfego, investigação e prevenção de atividades criminosas, operações de busca, salvamento e evacuação e abertura de corredores de emergência/evacuação; colaboram na ações mortuária, no apoio logístico e nas ações de sensibilização.

Regimento de Artilharia n.º 4 e Base Aérea n.º 5: colabora, de acordo com os planos próprios e disponibilidade de recursos, no apoio logístico às forças de proteção e socorro, na evacuação da população, na disponibilização de infraestruturas e meios de engenharia, nas ações de busca e salvamento e apoio sanitário, na reabilitação de infraestruturas danificadas, na instalação de abrigos e campos de deslocados, no abastecimento de água às populações e no reforço e/ou reativação das redes de telecomunicações e colaboram na confeção, transporte e distribuição de alimentos.

Capitania do Porto da Nazaré e Figueira da Foz: coordena as atividades de busca e salvamento na sua área de jurisdição em coordenação com o COM e coordena as ações de busca e salvamento relativas a acidentes ocorridos nas águas sob sua responsabilidade.

Autoridade Aeronáutica: o INAC é a entidade responsável por promover a segurança aeronáutica; participar nos sistemas nacionais de coordenação civil e militar em matéria de utilização do espaço aéreo, de busca e salvamento, de proteção civil, de planeamento civil de emergência e de segurança interna e cooperar com a entidade responsável pela prevenção e investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis;

INEM e demais serviços de saúde: coordenar as atividades de saúde pré-hospitalar; triagem e evacuações primárias e secundárias; referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas; montagem de postos médicos avançados e apoio psicológico às vítimas.

Autoridade de Saúde: é responsável pela requisição de serviços, estabelecimentos e profissionais de saúde, nos casos de epidemias graves ou quando ocorrem outras situações de emergência; coordenação e mobilização dos centros de saúde e hospitais, bem como outras entidades prestadoras de serviços de saúde, de acordo com as necessidades; vigiar o nível sanitário dos aglomerados populacionais, das Zonas de Concentração local, dos campos de desalojados; disponibilizarem os recursos necessários para as ações de mortuária.

Cruz Vermelha Portuguesa: exerce a sua intervenção no âmbito do apoio, busca e salvamento, socorro, assistência sanitária e social, colaborando na evacuação, transporte de desalojados e ilesos, na instalação de alojamentos temporários bem como na montagem de postos de triagem, no levantamento de feridos e cadáveres.

2.1.2 Fase de reabilitação

Bombeiros Municipais de Leiria, Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa: desenvolvem ações relacionadas com a desobstrução e limpeza de vias de comunicação e medidas necessárias à normalização da vida da população, como por exemplo: apoiar o transporte de regresso de pessoas e bens deslocados, avaliar a estabilidade das infraestruturas e colaborar nas ações de mortuária.

PSP, GNR e PJ: impedir o acesso às zonas de sinistro; assegurar a proteção da população e dos seus respetivos bens; controlar o tráfego nas zonas afetadas; detetar, investigar e prevenir as atividades criminosas.

Regimento de Artilharia n.º 4 e Base Aérea n.º 5: desenvolvem ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência nomeadamente a colaborar no apoio logístico à população, apoiar o regresso das populações desalojadas ás suas habitações, colaborar em restabelecer a ordem pública e disponibilizar infraestruturas e meios de engenharia para proceder à limpeza das vias públicas.

Capitania do Porto da Nazaré e Figueira da Foz: desenvolvem ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência.

Autoridade Aeronáutica: garantem a prevenção e a investigação de ocorrências com aeronaves; desenvolvem ações necessárias à reposição da normalidade das populações afetadas pela situação de emergência.

Autoridade de Saúde: assume a responsabilidade e a decisão sobre as medidas de proteção da Saúde Pública na área da catástrofe; controle de doenças transmissíveis e prestação dos serviços de mortuária.

INEM e Serviços de Saúde: apoio psicológico às vítimas e cuidados paliativos.

Cruz Vermelha Portuguesa: exerce a sua intervenção no âmbito do apoio psicossocial e na distribuição de roupas e alimentos às populações evacuadas; colaboram com as ações de mortuária.

2.2 Missão dos Organismos e Entidades de Apoio

2.2.1 Fase de emergência

Ministério Público: gere as ações de mortuária e garante a autorização de remoção de cadáveres para as autópsias.

Instituto de Segurança Social: Centro Distrital de Segurança Social de Leiria: efetua a coordenação das ações de obtenção e distribuição de alimentos, agasalhos e artigos de higiene à população, assim como, assegura a ação de apoio social, nomeadamente o realojamento.

Instituto Nacional de Medicina Legal e das Ciências Forenses: desenvolvem as ações necessárias inerentes às suas funções para fazer face à situação de emergência.

Operadoras de transporte: disponibilizam os meios possíveis e necessários para transporte urgente de pessoas e disponibilizam instalações para abrigo de desalojados.

EDP e Lusitaniagás: disponibilizam técnicos para proceder ao corte e/ou reparação na rede elétrica e na rede de gás natural.

Operadoras de telecomunicações: disponibilizam técnicos para a reparação de danos nos sistemas de comunicações; apoiam as comunicações entre os agentes de proteção civil e as inúmeras entidades do concelho de Leiria.

Comboios de Portugal – REFER: procede ao corte da circulação de comboios em zonas afetadas e coordena e controla a circulação de comboios de modo a prestar apoio logístico.

IPMA (Instituto de Português do Mar e da Atmosfera), IA (Instituto da Água), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas): fornecimento de informação de carácter técnico e científico.

Agrupamentos de Escolas: evacuação da população escolar em caso de emergência, segundo as orientações do plano de segurança e emergência da escola; disponibilizam instalações para diversos fins, como a disponibilização de pavilhões gimnodesportivos para a criação de um campo de desalojados ou para serviços mortuários; as que possuem cozinha e refeitório participam no fornecimento de alimentação; organizam ações de educação e informação da população.

Santa Casa da Misericórdia: disponibiliza instalações para diversos fins; colabora no fornecimento de alimentação e assistência sanitária e social.

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa: Disponibilizam recursos humanos e materiais para o apoio à fase de emergência e também disponibilizam instalações para diversos fins; as que possuem cozinha e refeitório participam no fornecimento de alimentação e prestam assistência sanitária e social.

Corpo Nacional de Escutas: colaboração no apoio logístico e encaminhamento das pessoas para os locais de acolhimento; realizam ações de estafetas no apoio às demais atividades de proteção civil.

Rádios de Leiria: informação da população da ativação do PMEPC; informação de medidas de autoproteção e informação de comunicados emitidos pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

2.2.2 Fase de reabilitação

Ministério Público: gere as ações de mortuária e garante a autorização de remoção de cadáveres para as autópsias.

Instituto de Segurança Social: Centro Distrital de Segurança Social de Leiria: efetua o apoio económico dirigido às vítimas para satisfação de necessidades básicas (alojamento, alimentação e vestuários) assim como, trata do realojamento; prestam apoio social e psicológico à população e participam nas ações de procura de desaparecidos.

Instituto Nacional de Medicina Legal e das Ciências Forenses: desenvolvem as ações necessárias inerentes às suas funções para fazer face à situação de emergência, como assumirem a investigação forense para a identificação de cadáveres.

Operadoras de transporte: asseguram o transporte de pessoas às zonas reabilitadas.

EDP e Lusitaniagás: restabelecem o normal funcionamento da rede elétrica e da rede de gás.

Operadoras de telecomunicações: restabelecem o normal funcionamento das telecomunicações.

Comboios de Portugal – REFER: restabelecem o fluxo normal de circulação e disponibilizam meios ferroviários para auxiliar no regresso da população desalojada.

IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera), IA (Instituto da Água), APA (Agência Portuguesa do Ambiente), ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas): fornecimento de informação de carácter técnico e científico.

Agrupamentos de Escolas: disponibilizam instalações para diversos fins, como a disponibilização de pavilhões gimnodesportivos para a criação de um campo de desalojados ou para serviços mortuários; as que possuem cozinha e refeitório participam no fornecimento de alimentação; organizam ações de educação e informação à população.

Santa Casa da Misericórdia: recolha de dádivas.

Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Leiria, Maceira e Ortigosa: recolha de dádivas e apoiam as ações de logística.

Corpo Nacional de Escutas: colaboração no apoio logístico e encaminhamento das pessoas para as zonas reabilitadas.

Rádios de Leiria: informação da população da desativação do PMEPC e informação de comunicados emitidos pelo Serviço Municipal de Proteção Civil.

2.3 Missão das Estruturas Autárquicas

2.3.1 Fase de emergência

Câmara Municipal de Leiria (CML): Assume um papel relevante no apoio às operações de emergência, garantindo a mobilização dos meios públicos e privados, ativando de imediato o SMPC, que por sua vez aciona e coordena os meios e recursos necessários para as operações, juntamente com outros serviços da autarquia. Esta, também, disponibiliza as suas instalações, se necessário, para utilização como PCO; apoio técnico e científico, desobstrução das vias de comunicação e itinerários de socorro e difusão de avisos, comunicados e medidas de autoproteção.

Juntas de Freguesia do concelho de Leiria: Apoiam as ações de socorro com os seus próprios meios; Auxiliam as ações de logística e de evacuação da população desalojada; colaboram no recenseamento e registo da população afetada; promovem ações de sensibilização da população e colaboram nas que forem desenvolvidas pela Câmara Municipal; colaboram na sinalização de infraestruturas, nomeadamente viárias, para prevenção e proteção dos cidadãos e para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de proteção civil e socorro; colaboram também na sinalização relativa a cortes de estradas, decididos por precaução ou originados por acidentes ou por fenómenos meteorológicos, bem como as vias alternativas; disponibiliza por solicitação do Presidente da Câmara todo o apoio ao seu alcance e no âmbito das suas competências, sempre que a situação o exigir e colaboram ainda na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais.

SMAS– *Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria*: Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria: procedem ao corte e/ou reparação de condutas, de modo a assegurar o fornecimento de água.

2.3.2 Fase de reabilitação

***Câmara Municipal de Leiria (CML)*:** realiza ações de inspeção de edifícios, de estruturas e depósitos de combustíveis líquidos e gases; análise e quantificação dos danos; elaboração de estudos para reabilitação de recursos naturais; manutenção das vias de comunicação e demolição de edifícios em ruínas.

***Juntas de Freguesia do concelho de Leiria*:** auxiliam a reparação das infraestruturas; informam a câmara municipal das questões pertinentes para a fase de reabilitação e avaliam e quantificam os danos materiais e humanos.

***SMAS– Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria*:** restabelecem o normal funcionamento de água.

2.4 Missão da Respol, Resinas S.A. (Operador do Estabelecimento):

A Respol tem como missão, em situação de emergência, tomar as medidas adequadas para minimizar as consequências de eventuais situações de emergência, tendo em vista a segurança das pessoas e bens na sua área de influência, a proteção do ambiente e a operacionalidade da empresa.

A missão contém, implícita, a adoção de medidas tendentes a evitar ou a reduzir as possibilidades de ocorrência de acidentes e tem a finalidade de promover uma exploração segura e sustentada da empresa.

Para cumprir essa missão estabelecida e atingir a finalidade pretendida, a Respol considerou um conjunto de tarefas que consistem na adoção de medidas passivas de segurança.

A Respol orienta o seu esforço de segurança no sentido de controlar as origens de eventuais falhas do sistema e responder prontamente a qualquer situação acidental, por forma a minimizar as consequências.

Para fazer face a situações de emergência, a Respol constituiu uma estrutura organizada adequada a uma capacidade de decisão mais célere e ao desencadeamento de procedimentos de emergência.

Na fase de emergência, a Respol deverá:

- Alertar de imediato o SMPC, informando-o do tipo de acidentes ocorridos, número de vítimas e sua gravidade, condições meteorológicas no local e as áreas envolventes em risco;
- Articular com o SMPC, designadamente ao nível das assessorias de segurança química;
- Prestar informações relevantes para o desenrolar das operações de proteção civil, nomeadamente evolução da ocorrência, a evolução das condições meteorológicas e dados sobre as medidas de concentração;
- Estabelecer a forma de periodicidade de contacto com o Diretor do PEE e o tipo de informação a transmitir.